

Lula libera R\$22 bilhões em emendas em ano de eleição



José de Filippi Júnior, prefeito de Diadema, ajusta capacete de Lula durante visita a obras na cidade. Eduardo Knapp/Folhapress

Governo Lula libera R\$ 22 bi e turbina caixa de prefeitos

Legislação eleitoral dificulta novos repasses a partir deste fim de semana

Mateus Vargas

BRASÍLIA O governo Lula (PT) acelerou a liberação de emendas parlamentares e superou R\$ 22 bilhões pagos neste ano antes da trava imposta por lei por causa das eleições municipais. A cifra ultrapassa no período os cerca de R\$ 17 bilhões (em valores já corrigidos) distribuídos antes das eleições de 2022 por indicações de deputados e senadores, período em que Jair Bolsonaro (PL) governava o país. O recurso será direcionado principalmente aos cofres das prefeituras. O volume de recursos se deu devido à pressão da Câmara e do Senado, que forçou o governo a fechar acordo para não sofrer derrotas

no Congresso. Como a Folha mostrou, o Planalto já projetava acelerar os pagamentos e alcançar cerca de R\$ 22 bilhões distribuídos até o fim desta semana, por conta de acordo com parlamentares. Os dados de pagamentos são de quinta-feira (4), divulgados nesta sexta-feira (5) em portais da transparência. Só nesta última semana, o governo desembolsou R\$ 7,2 bilhões em emendas — equivalente a uma liberação de R\$ 1,4 bilhão por dia. Essa cifra, paga em cinco dias, é próxima a todo o pago em junho. A partir da próxima semana, a margem para repasse de emendas fica limitada a poucos casos, como o custeio de obras em andamento. Isso porque a legislação eleitoral

impõe uma série de vedações nos três meses que antecedem o pleito para evitar abusos de poder político e econômico. A trava se aplica às transferências da União e inaugurações de obras, entre outras. As emendas são uma forma pela qual deputados e senadores conseguem enviar dinheiro para obras e projetos em suas bases eleitorais e, com isso, ampliar seu capital político. A prioridade do Congresso tem sido atender seus redutos eleitorais. A maior parte das emendas (ao menos R\$ 18,5 bilhões) será injetada em governos municipais para turbinar fundos de saúde e custear convênios para obras. Os repasses vão beneficiar mais de 5.300 municípios com pagamentos de

“É sempre difícil lutar contra a situação [...] Se o sujeito está no cargo e faz uso de recursos para suplementar ainda mais as políticas públicas em curso, aumenta a dificuldade

Renato Ribeiro de Almeida coordenador acadêmico da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político)

R\$ 21,5 mil a R\$ 153 milhões. São Gonçalo (RJ) recebeu a maior cifra. A verba enviada ao município governado por Capitão Nelson (PL) supera os investimentos previstos para todas as áreas (R\$ 144,6 milhões) na lei orçamentária local. A maior parte dos recursos foi indicada pela Comissão de Saúde da Câmara, o que dificulta a identificação dos padrinhos políticos específicos da verba. O dinheiro para a saúde domina os pagamentos de emendas, pois metade das indicações individuais de deputados e senadores deve ser aplicada no setor. O recurso pode bancar mutirões de exames e cirurgias, além de aliviar o caixa de prefeitos ao aumentar o financiamento das ações em hospitais e ambulatórios. Coordenador acadêmico da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político), o advogado Renato Ribeiro de Almeida disse que a injeção das emendas pode potencializar situações de abuso de poder e favorecer candidatos ligados aos comandos dos municípios. “Já é sempre difícil lutar contra situação, pois o cargo [de prefeito] já dá uma exposição. Se o sujeito está no cargo e faz uso de recursos para suplementar ainda mais as políticas públicas em curso, aumenta a dificuldade da oposição”, disse Almeida. A distribuição de emendas está no centro de suspeitas recorrentes de irregularidades. É o caso da investigação da Polícia Federal que aponta que o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, atuou no desvio de verbas para obras bancadas por indicações feitas por ele mesmo, no período em que exercia o mandato de deputado federal. Juscelino nega as suspeitas de corrupção. Uma série de reportagens da Folha mostrou que a emenda amplia desigualdades em políticas públicas, criando inclusive um abismo no acesso à água. Na prática, municípios mais necessitados são ignorados, enquanto redutos políticos são abastecidos sem nenhum tipo de critério técnico. A cifra total paga em emendas corresponde a cerca de 40% dos R\$ 52 bilhões disponíveis em 2024 para indicações individuais de deputados e senadores, além daquelas feitas por bancadas estaduais e comissões do Congresso. A influência das transferências especiais, conhecidas co-

mo emenda Pix, disparou no pleito atual. São ao menos R\$ 4,4 bilhões distribuídos assim, principalmente às prefeituras, contra R\$ 1,5 bilhão pagos no ano da última eleição. O deputado ou senador indica apenas o local que vai receber a emenda Pix, sem a necessidade de encaixar o recurso dentro de programas da prefeitura ou convênios. O município de Macapá (AP) recebeu mais de R\$ 41 milhões em transferências especiais. Apenas o senador Lucas Barreto (PSD), aliado do prefeito Dr. Furlan (MDB), que busca redução, encaminhou R\$ 17,2 milhões para a cidade. A Folha procurou o gabinete do senador e não recebeu resposta até a conclusão desta edição. Os dados disponíveis apontam que parlamentares do PL, maior bancada da Câmara, lideram em emendas pagas (R\$ 1,9 bilhão). A cifra equivale a 42% das emendas disponíveis a deputados e senadores do partido de Bolsonaro. A proporção desembolsada inferior à de bancadas como do PSD (67%) e do PT (52%). O repasse de emendas bilionárias com baixa transparência tornou-se um símbolo das negociações entre Congresso na gestão Jair Bolsonaro (PL). O STF (Supremo Tribunal Federal) chegou a proibir as emendas de relator — modalidade que ficou conhecida como “orçamento secreto”, mas o Congresso contornou o veto e encaixou as verbas em emendas de bancada e comissão, que também não apontam o verdadeiro padrinho político da verba. A falta de transparência das voltou ao debate no STF. O ministro Flávio Dino determinou audiência de conciliação em 1º de agosto com diversas autoridades para avaliar se as práticas já declaradas inconstitucionais pela corte se mantêm. O governo ainda quitou R\$ 6 bilhões de emendas de anos anteriores, que estavam inscritas em “restos a pagar”. Durante a campanha, Lula chamou as emendas de relator de o “maior esquema de corrupção da atualidade”, “orçamento secreto” e “bolsolário”. As negociações por verba, porém, seguem com baixa transparência e sob influência no Congresso dos mesmos atores que atuavam na gestão Bolsonaro. No caso da Câmara, o próprio da presidente, Arthur Lira (PP-AL), é um dos responsáveis pela partilha de verbas de comissão.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Pagina: 9